

Fronteira: espaço como (re)produção do conflito

Cintia dos Santos Pereira da Silva
Débora Assumpção e Lima
Mariana Traldi
Rodrigo Fernandes Silva

Resumo

O minicurso tem como objetivo abordar a fronteira como conflito, pensando nas diversas possibilidades de sua manifestação: econômica, política, agrícola, identitária e mítica, material e simbólica.

Introdução

A construção do modelo de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular em torno de setores de diversos tempos e avanços técnicos que apresentam uma real simbiose dá ao território brasileiro uma condição de espaço de reprodução de conflitos. Neste sentido, podemos pensar a fronteira a partir da sua importância para o processo de formação e modernização do território brasileiro.

O país foi um grande arquipélago formado por subespaços que possuíam lógicas próprias, ditadas principalmente pelas relações com o centro, o exterior, tendo relações escassas entre si. Como forma de integração do espaço nacional a fronteira passou a desempenhar papel fundamental na manutenção da coesão e limites territoriais. Era necessário confluir as fronteiras políticas delimitadas pelo pacto federativo com as fronteiras econômicas.

Objetivos

Este minicurso pretende:

- Fornecer ferramentas metodológicas para a compreensão das fronteiras e suas manifestações.
- Entender o conceito de fronteira enquanto conflito e expansão capitalista, a partir de suas adjetivações: política, econômica, agrícola, étnica, mítica, simbólica.

Justificativa

O objetivo é compreender a “Marcha para Oeste” como um movimento fundamental para a interiorização e ocupação do Brasil, na tentativa de aproximar a fronteira política, aquela que determinava o limite do território nacional com a fronteira econômica, com movimento de ocupação e unificação do mercado interno consumidor. A “Marcha para Oeste” tem o caráter de organizar o espaço dentro da economia capitalista moderna e, a atividade agrícola foi o carro-chefe da marcha, devastando e ocupando o cerrado e levando os aspectos urbanos a partir da industrialização da agricultura, com reprodução de relações diversas de trabalho. Para as regiões que eram consideradas “uma vasta área de ocupar e colonizar”, que podemos chamar de hinterlândia, e no qual é evidente a preocupação com a continuação de construção de rodovias de penetração tomaremos como ilustração o

processo de formação do estado do Tocantins e a entrada da agricultura moderna enquanto agente da expansão da fronteira agrícola.

Não obstante, nossa discussão pretende compreender os nexos estabelecidos entre a construção ou o asfaltamento de rodovias no Brasil e os territórios indígenas existentes na área de influência destas infraestruturas. Para tanto, buscamos identificar as implicações destas obras e posteriormente do funcionamento destas rodovias para os territórios indígenas existentes em sua área de influência, explicitando os interesses que movem o Estado no sentido do asfaltamento ou da construção. Para a compreensão da renovação deste sistema de mobilidade é necessário compreender o papel desempenhado pelas rodovias para o território brasileiro ao longo de nossa história territorial, enquanto um Sistema Técnico e a histórica problemática territorial indígena, quanto ao seu reconhecimento pelo Estado brasileiro, bem como forma de inserção do Brasil na globalização.

Nos processos de modernização do território brasileiro o que podemos observar é a sobreposição de sistemas técnicos sobre as terras indígenas, vista como a última fronteira a ser ocupada. É o caso da terra indígena Yanomami, no estado de Roraima, sobre a qual é possível identificar o conflito de identidade étnica a partir da sua situação de liminaridade. Ou seja, o conflito entre os índios e os não índios pode ser observado na fronteira, do avanço do meio técnico sobre a territorialidade indígena. A fronteira, portanto, pode ser vista a partir de uma perspectiva que leva em consideração a fronteira não apenas como delimitação de um recorte geográfico específico, mas também como a delimitação do humano. Ou seja, da sua humanidade como grupo social que necessita de um espaço físico apropriado para reproduzir seu modo de vida em sua plenitude. Não obstante, a fronteira é o lugar onde podemos visualizar a definição do que é cultura e natureza, na observância do encontro de sociedades que vivem no seu limite e no seu limiar.

Concomitante a noção de fronteira é importante ressaltar a discussão sobre a diferenciação, através da apropriação, da fronteira como linha e da fronteira como limite. Para tanto, o estudo sobre o Quilombo do Vale do Ribeira em São Paulo torna-se emblemático já que este conjuntamente com os estudos de caso relacionados anteriormente (hinterlândia, território indígena) é capaz de demonstrar as várias facetas da fronteira como demarcador histórico-espacial dos conflitos que nela se dão.

Metodologia

Pretende-se no minicurso analisar a fronteira como formas hegemônicas e alternativas de uso no território. A fronteira é o lugar onde é possível identificar as possíveis manifestações de identidade. É na observância do conflito que o indivíduo se encontra em situação de liminaridade. Pensando em outra escala, ela manifesta o encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história e do tempo. A fronteira, assim, é ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos.

Considerações finais

Os conceitos abordados no minicurso permitem refletir sobre outros conflitos e situações de fronteira. É preciso analisar as transformações do território a partir de diversos

agentes, não esquecendo as contradições que regem a construção do espaço. A partir dos casos abordados, pode-se compreender a fronteira por diversas facetas: econômica, política, agrícola, identitária e mítica, material e simbólica.

Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce. Introdução. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita(Orgs.). *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- ARNT, Ricardo. Índios gigantes, uma história com um grande final feliz. *Revista online Seperinteressante*. Consulta em: 02 de mar. 2011. Disponível em: http://super.abril.com.br/superarquivo/1996/conteudo_41975.shtml.
- BACELAR. Tânia. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?. In: CASTRO, I. E. et al. (org.), *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BARAZAL, N. R. *Yanomami: um povo em luta pelos direitos humanos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BECKER. Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 50. pp. 99-125, 1988.
- BARBOSA, Marco Antonio. Os povos indígenas e as organizações internacionais: Instituto do Indigenato no direito brasileiro e autodeterminação dos povos indígenas. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 1, n.2, 2007.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BECKER, B. & EGLER, C. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1994.
- BRASIL. *Advocacia Geral da União. Demarcação de Terras Indígenas*. Gabinete do Advogado Geral da União, Secretaria-Geral de Contencioso, Departamento de Acompanhamento Estratégico. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/procuradoria/docs/Estudo%20da%20AGU-demarca%E7%E3o%20de%20ti.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- CAMPOS, Ciro (org). *Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- CATAIA, Márcio. *Uso do Território e Federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política*. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Vol. XIV, n. 331 (16), 2010.
- CLASTRES, Pierre. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD*, ano 1, n.º 2, 1999. p. 7-26.
- COSTA, W.M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

- FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. v. 3. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- FREDERICO, S. O Novo Tempo do Cerrado: expansão e controle dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo. Annablume; FAPESP. 2010.
- FUENTE, R. de La. La autonomia indígena en Chiapas. La Catarata: Asociacion los libros de La Catarata, 2008.
- GALLOIS, Dominique. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: FANY, Ricardo (Org). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- GALVÃO, Olímpio J. de A. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil: uma perspectiva histórica. Planejamento e Políticas Públicas, n. 13 de junho de 1996.
- HAVT, N.B. Processos e produtos territoriais: território indígena é Terra Indígena?. In: Seminário virtual: direitos indígenas e de minorias. Brasília, Geri, 1999. (Boletim Anual do Geri, 3/3).
- HAESBAERT, Rogério. Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como alicerce do Estado nacional nas políticas de transporte. In: Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Historie et ethnologie. Annales ESC XXXVIII, n.6, p.1217-31, 1983.
- MACHADO, L. O. O controle intermitente do território amazônico. In: Território/AGET, UFRJ, nº 2, vol.1 – jan/jun, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997
- MACHADO, L, O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. Revista Brasileira de Geografia, vol. 54, n.2, 1992.
- MARÉS, Carlos F. Da tirania a tolerância: o direito e os índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- MONBEIG, Pierre. Ensaio de geografia humana brasileira. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Território e História no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papius, 1991.
- ONU. Convenção Sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989. <http://www.ilo.org> Site da Organização Internacional do Trabalho. Acesso em 25 mar. 2011.
- RAMOS, Alcida Rita. Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1980.

- RAMOS, A.; LIMA, A. Obras de infra-estrutura não garantem desenvolvimento do País. Instituto Sociambiental, 2006. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/de-smatamento/site/infraestrutura>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- RICARDO, Carlos A. A demarcação das terras e o futuro dos índios no Brasil. In: NOVAES, Adauto (Org.). A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SEEGER, A.; VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Terras e territórios indígenas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- VAINER, Carlos. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação. In: Revista Brasileira de Estudo Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.anpur.org.br/revistas/rev_ANPUR_v9_n1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2011.
- VELHO, O. G. Frente de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1972.
- WAIBEL, L. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- YANOMAMI, Davi Kopenawa. Descobrimo os brancos. In: Novas, Adauto.(Org.). A outra Margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.